



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

PAISAGENS DAS DIFERENÇAS DIREITO À CIDADE NA PERSPECTIVA FEMININA

Eliana Kuster (Ifes - IPPUR/UFRJ) - elianakuster@gmail.com
Arquiteta. Doutora em Planejamento Urbano. Professora titular do Ifes/ES.

Paisagens das Diferenças

Direito à cidade na perspectiva feminina

INTRODUÇÃO

Todos que se interessam pelo estudo de cidades conhecem o flâneur, personagem criado por Charles Baudelaire para simbolizar o processo de apreciação e vivência do espaço metropolitano na modernidade. Corria a segunda metade do século XIX e as grandes cidades europeias estavam rapidamente se modificando, tornando-se mais complexas e dotadas de significados e personagens diversos, pautando-se por um ritmo acelerado que passou a fazer parte, desde então, daquilo que começamos a chamar de espaço urbano. O flâneur era esse apreciador da metrópole, que misturava em partes iguais a nostalgia pela cidade que era deixada para trás no processo de renovação urbana com a fascinação pela cidade nova que surgia. O filósofo Walter Benjamin (2000), analisando a sua constituição, irá dar a real dimensão da transição que ele representa: o flâneur é um personagem essencialmente urbano. Ele se constitui na e pela cidade, transferindo para o espaço público as atividades que o burguês desempenhava recluso em seu espaço privado. Assim, as ruas, os cafés e os parques irão se tornar a casa desse personagem. Ali ele lê o seu jornal, ele escreve suas observações, ele passeia e se comporta tão à vontade como se estivesse em sua residência. O flâneur se sente, no espaço público das cidades, tão confortável quanto o burguês se sentia em seus espaços privados.

Esse foi um personagem importante desse momento, cristalizando em sua figura a transição atravessada pela urbe e a possibilidade da sua apreciação. Mas ele também cristalizou outra relação concernente às cidades: aquela que as considera um espaço prioritariamente masculino. Pois o flâneur insere-se dentro de um perfil muito específico: homem, branco, europeu, saudável, jovem e de classe social elevada. Essas são as suas características, aquelas que definem o personagem como um legítimo ente urbano na segunda metade do século XIX. E nem poderia ser diferente, afinal, ele é fruto da rede de valores de sua época. Naquele momento, não teria sido possível, por exemplo, pensar em uma flâneuse, o seu equivalente feminino¹. A rua não era um espaço adequado para mulheres caminharem sozinhas à esmo, simplesmente apreciando a dinâmica urbana. Mulher na rua, sozinha e sem um objetivo definido, era mal vista. Não é por acaso que os autores que traduziram bem a metrópole desse período com suas palavras e análises obedecem às mesmas características gerais do flâneur: Benjamin, Baudelaire, Simmel, Krakauer, Balzac, Zola, Poe e tantos outros. Mesmo aqueles que a traduziram em suas imagens possuíam perfil semelhante, como Monet, Seurat, Manet, Sisley, Caillebotte e tantos outros pintores impressionistas que tomaram a cidade como seu tema. Às pintoras, por mais modernas que fossem consideradas, como Berthe Morisot e Mary Cassat,

¹ Lauren Elkin, em seu livro *Flâneuse: reconquérir la ville pas à pas*, se debruça justamente sobre essa questão: seria possível uma versão feminina desse personagem tão emblemático da cidade?

restava retratar prioritariamente cenas do seu cotidiano familiar, idílios campestres e personagens de seu círculo privado.

A questão que nos propomos a considerar é como essa relação se perpetuou, a ponto de hoje, mais de um século depois, ainda precisarmos lidar com essa dinâmica urbana excludente. As cidades contemporâneas continuam a ser um espaço que prioriza determinadas categorias e exclui outras, seja naqueles que a interpretam, naqueles que a planejam ou naqueles que a usufruem. O direito à cidade² não é, nem nunca foi, universal.

Poderíamos questionar: seria possível, contemporaneamente, pensarmos em um flâneur com outros atributos? Mulher, negro, idoso, deficiente físico, refugiado... A quais dessas categorias é permitido o pleno usufruto das nossas cidades atuais? Qual delas teria a possibilidade de tornar-se um personagem que fosse a metonímia do urbano hoje, tal como o flâneur o foi há um século? Não precisamos refletir muito para achar a resposta: nenhuma. Todas elas são – em maior ou menor grau – excluídas das cidades. É a partir do incômodo gerado por essa constatação que iniciamos essa pesquisa, tendo em mente um objetivo específico: a diferença com que as cidades tratam os gêneros.

Considerando o vasto e complexo campo que se abre quando falamos em “gênero”, vem a dúvida: por onde começar? Ou, por outra, como recortar o que se entende por gênero aqui? A ensaísta Adrienne Rich nos instiga, sugerindo: pelo corpo. É partindo da materialidade do corpo que entramos no mundo e esse corpo já carrega atributos: cor de pele, gênero, condições físicas e de saúde. Falar a partir do corpo é localizar firmemente o terreno sobre o qual se fala, escapando de abstrações. *“Não para transcender esse corpo, mas sim para reclamá-lo. Para voltar a conectar nosso pensamento e nossa linguagem com o corpo desse indivíduo humano vivo e concreto, uma mulher.”* (2001, p.207)

Essa colocação levanta um ponto bastante sensível, concernente à qualquer pesquisa que trate de diferentes grupos de pessoas: é possível falar de outras experiências que não as que vivemos? Em outras palavras, posso falar de exclusão étnica se sou considerada branca? Posso falar de homofobia ou transfobia não as tendo vivido? Consigo me colocar na pele de um refugiado para entender e interpretar as dificuldades de sua situação?³

Não é nosso objetivo entrar no mérito dessa questão, mas é importante explicitar a opção que se adota aqui. A de um olhar que passa longe da

² Conceito desenvolvido por Henri Lefebvre, abrange questões relacionadas ao urbano, como a moradia e a vida cotidiana, para determinar: um urbanismo que permita a todos o direito a estar na cidade e dela usufruí-la, deve ser um urbanismo democrático, que não faça distinções e proporcione oportunidade para todos. Lefebvre vai além e defende que o direito à cidade *“se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na sociedade, ao habitat e ao habitar”* (2001, p.135), estando todos esses incluídos sob o conjunto maior dos direitos concernentes à ocupação e fruição da cidade. Importante ressaltar que, como a maioria dos autores a se debruçar sobre o tema do urbano, o autor do conceito insere-se naquela categorização que já definimos antes: homem branco, europeu, etc..., o que faz com que a questão da diferença de direitos relacionados à gênero não seja considerada em suas colocações.

³ Não pretendo aqui entrar pelo conceito problemático e complexo de “lugar de fala”, apenas estabelecer metodologicamente as opções tomadas na condução dessa investigação. Mas, para os que se interessam por essa questão e suas clivagens, sugiro a leitura da interessante análise contida no primeiro capítulo (“Parece emancipação, mas é só uma fraude neoliberal: sobre “lugar de fala”, “representatividade” e afins”) do livro de Jessé Souza, “Como o racismo criou o Brasil” (2021).

desafetação, que se despe da imparcialidade tão apregoada como requisito básico para um estudo acadêmico e, ao contrário, acolhe a ideia de que toda visão de mundo é pessoal – mesmo a pretensa desafetação é um posicionamento pessoalizado.

Assim, estabelecemos um ponto de partida: se nossas experiências decorrem das maneiras como entramos e estamos no mundo, quais seriam as formas mais determinantes que aquelas ditadas por aquilo que nos precede e está indissociado de nós, ou seja, o nosso corpo? Abraçamos, portanto, a ideia de que é a somatória das características pessoais que nos permite uma escrita atravessada pela sensibilidade das nossas vivências. Dito de outra forma, se partimos do pressuposto que o corpo é o primeiro que vivencia o mundo, é necessário reconhecer que é dele que decorrem também as diferenças entre as formas pelas quais a mesma cidade é vivenciada por pessoas com características distintas. Embora a experiência urbana se assemelhe, ela é única para cada pessoa. Cada um de nós vive em uma cidade, que nos trata de acordo com o que ela primeiro percebe a nosso respeito. O nosso corpo.

Essa é uma posição tomada conscientemente na condução do texto a seguir. Iremos tratar da cidade na perspectiva feminina. Um perspectiva que possui os seus limites bem definidos, certamente: uma mulher considerada branca, saudável, heterossexual, de classe média. Porém, mais do que considerar as definições estabelecidas por essas características, trabalharemos também movidos pelos atravessamentos proporcionados pelas vivências individuais. Assim, iniciaremos fazendo um mergulho consciente nas experiências pessoais vividas por esse corpo na cidade para encetarmos um processo de resgate a respeito de como algumas estruturas de pensamento sobre a vivência em meio à dinâmica urbana são criadas, consolidadas e se perpetuam, produzindo, ainda hoje, uma cidade excludente.

EXPERIÊNCIAS URBANAS

Cena 1

A menina e sua avó entram em um ônibus. Sentam-se em um dos bancos, a avó na janela, a criança no corredor. À medida em que percorre as ruas da cidade, o veículo começa a se encher de gente e as pessoas passam a ficar em pé no corredor central. Um homem para ao lado do banco das duas e chega bem perto da menina. A avó se levanta, puxa a menina e fala secamente: “senta aqui”, indicando o lugar perto da janela. A menina troca de lugar, a avó senta-se no banco próximo do corredor, o homem se afasta em direção à frente do ônibus. A criança não entende bem o que se passou, mas percebe claramente que aconteceu algo ali. Sente as ondas de irritação vindas da sua avó e percebe que a mudança de lugar foi feita para protegê-la de algo. Também percebe que não é algo sobre o qual ela deva perguntar ou falar. E se cala.

Cena 2

A mesma menina da cena anterior está um pouco mais velha agora. Ela mora ao lado de um cinema. Desses cinemas de rua que não existem mais: salão grande, poltronas confortáveis, cortinas de veludo, grandes lustres de cristal. Em seu caminho da escola para casa, passa ali todos os dias e conhece todos os funcionários pelo nome. Seus pais também conhecem todos, o que faz com que eles se sintam seguros em deixar a filha pré-adolescente frequentar o cinema sozinha. Ela, menina tímida e encantada pelas narrativas que vê na tela, aproveita desse benefício com muita frequência. Em uma dessas vezes, dia de semana à tarde, cinema vazio, Superman voando no céu azul, ela percebe a chegada de um homem no meio da sessão. Apesar da profusão de cadeiras vazias, ele se senta ao seu lado. Ela estranha, se incomoda, mas não quer ser mal educada e levantar. O homem chega cada vez mais perto, seu braço tocando levemente o dela. A menina sente o cheiro do seu perfume forte e quer sair dali, mas não consegue entender bem que sensação difusa de perigo é aquela que lhe toma, afinal, o homem não fez nada além de se sentar e ser um pouco mais espaçoso do que o esperado. Ela se encolhe, ele chega cada vez mais perto. Ela se encolhe mais. Subitamente, ele estende a mão, segura a mão dela com força e coloca no colo dele. Ela se assusta, levanta imediatamente e muda de lugar. Do novo lugar no qual se sentou, vê que o homem se levanta e vai embora. Passa o resto do filme com medo, a ponto de não conseguir mais prestar atenção ao que acontece na tela. Novamente, não entende bem o que aconteceu, apenas sabe que correu algum tipo de risco que não compreende bem, mas que a faz permanecer muito atenta quando sai do cinema e caminha os poucos metros que a separam da portaria do seu prédio. Dali por diante, todas as vezes que alguém se senta ao seu lado sem que o cinema esteja lotado, ela mudará de poltrona. E, para o resto de sua vida, ao assistir um filme do Superman, vai se lembrar do episódio estranho no qual não apareceu nenhum herói pra lhe salvar.

Cena 3

Algum tempo se passa. Aquela menina agora é uma adolescente. Pequena e magra, aparenta menos idade do que tem. Continua tímida. Está andando por uma avenida movimentada da sua cidade, acompanhada pela mãe. As duas estão indo tomar caldo de cana em uma lanchonete tradicional que fica em uma praça no centro da cidade. De repente, sente uma mão passando em seus seios, quase inexistentes ainda. O rosto barbado chega perto do seu ouvido e fala: “gostosa”. Ela estaca. A mãe, sem perceber, continua andando. Quando nota que a filha não está lhe acompanhando, vira-se e a vê parada no meio da rua. Volta. “O que foi?” A adolescente conta o que aconteceu. “Ah, filha, deixa isso pra lá, é algum tarado, vamos atravessar a rua e sair daqui, está muito cheio de gente”. A falsa normalidade que percebe na voz da mãe contrasta com a sensação de violação que sente em seu corpo. O “deixa pra lá” não combina com a sensação de sujeira que ela passa a sentir em si. Ela atravessa a rua mecanicamente e a cidade continua a acontecer ao seu redor, mas, para ela, já não é mais a mesma cidade. De repente, em uma passada de mão e um sussurro, a cidade, a SUA cidade, se tornou em espaço ameaçador. Naquele dia, o caldo de cana desceu amargo.

Escolhi começar esse texto com experiências minhas na cidade. Todas esses relatos são de cenas reais, que a menina que eu fui viveu⁴, enquanto crescia e experimentava as ruas e os espaços urbanos. Eles não têm nada de extraordinário, qualquer mulher possui experiências semelhantes, algumas infinitamente piores e mais violentas do que as minhas. Mas, o objetivo aqui não é a comparação das vivências, e sim verificar o sentimento que elas deixaram em todas as mulheres: de que a cidade não é um local seguro para elas. Obviamente, como toda mulher, vivi, ao longo dos anos, muitas outras experiências de assédio na cidade, mas essas são as que me recordo como primeiras, que deixaram marcas muito claras na minha memória e em meus sentimentos. E que, de certa maneira, moldaram alguns aspectos do que sou hoje.

Ao mesmo tempo em que passei a sentir – como toda mulher sente – a minha vulnerabilidade, cresceu, em paralelo, a sensação de que precisava me proteger enquanto estivesse no espaço público. Junto a isso – me dou conta agora – apareceram outros sentimentos, que foram experimentados difusamente por aquela menina há tantos anos e que foram se sedimentando na mulher que sou hoje.

O primeiro deles talvez seja o que aquela criança no ônibus percebeu a partir da dinâmica de troca de lugares e da energia envolvida nessa troca, uma sensação nebulosa que eu poderia tentar definir como: estou confusa, não sei precisamente o que se passou aqui, mas não devo falar sobre isso. É um assunto privado, proibido, vergonhoso, que não deve ser comentado. Melhor ficar calada para não criar um problema. Em uma palavra, o silenciamento.

O segundo sentimento foi algo experimentado pela pré-adolescente assediada no cinema e que permaneceu remoendo em sua mente até o final do filme e por um longo tempo depois: o que eu fiz pra causar isso? Porque esse homem sentou do meu lado? Porque eu não reagi mais cedo, levantando logo que o sujeito se sentou aqui? Porque eu não fiz um escândalo quando ele agarrou a minha mão? Qual a minha responsabilidade nessa história? Em uma palavra, a culpa.

O sentimento seguinte é a normalização resignada, que a jovem andando na avenida percebeu na fala da mãe: ah, isso faz parte da vida. O comportamento masculino de assédio corporal no espaço público é, desde sempre, tão alastrado que há até uma denominação para ele: “mão boba”. O termo, quase infantil, não dá a real dimensão do gesto, ele apara as suas arestas, ele diminui o seu impacto, ele insere a agressão como parte do cotidiano e como uma banalidade. Essa normalização vem casada com outra ideia: vamos fingir que não aconteceu nada, é vergonhoso tratar desse assunto e cabe a mim me proteger para que essa situação não se repita. Seja saindo daquele lugar cheio de gente, seja prestando atenção na roupa que escolho vestir, seja adotando uma atitude que não encoraje ninguém a se aproximar, sou eu a

⁴ Segundo pesquisa do coletivo Think Olga, a idade média na qual meninas sofrem o primeiro assédio é de 9,7 anos. O coletivo lançou, em 2015, através do Twitter, a campanha #primeiroassedio, que trouxe à luz múltiplas histórias de assédio de crianças no espaço urbano. É possível obter informações mais completas em www.thinkolga.com

responsável pela minha proteção. A cidade me ameaça. Aqui, cabem duas palavras: vergonha e medo.

Assim, o silenciamento, a culpa, a vergonha, o medo e a responsabilidade da autoproteção vão se depositando e criando raízes.

Junte-se esses sentimentos no mesmo caldeirão da nossa psique em formação, acrescente-se os temperos que são colocados lenta e continuamente ao longo das nossas vidas, quais sejam: o discurso da fragilidade das mulheres, os argumentos que meninas devem saber se comportar, uma hierarquização que torna os nossos incômodos e queixas menos significativos, a ideia que homens são reféns de seus instintos - e, via de regra, pouco responsáveis por eles - e temos a formação de um padrão de pensamento que joga em nós a responsabilidade de nos protegermos no espaço público. Segundo Leslie Kern (2021, p.193), *“não há como fazer justiça aos anos da puberdade e descrever todas as mensagens subentendidas que as meninas recebem sobre os nossos corpos, roupas, cabelos, maquiagem, peso, higiene e comportamentos que alimentam a mensagem subentendida maior sobre o controle de nós mesmas em prol de nossa segurança.”*

De mensagem em mensagem, de acontecimento em acontecimento, esse padrão vai se normalizando, se tornando natural, a ponto da maioria das mulheres não prestar muita atenção a ele. São coisas da vida, nos dizemos. E vamos nos adaptando e levando nossas rotinas.

Mas são essas coisas da vida às quais por vezes prestamos pouca atenção que vão moldando os nossos hábitos e o nosso comportamento na cidade. Assim, sem percebermos claramente, passamos a considerar uma série de fatores antes de sairmos às ruas: qual roupa vamos colocar, que transporte vamos utilizar, até que horas vamos permanecer, com quem estaremos, de que forma devemos reagir. Tudo isso passa a nos compor e, junto com as roupas que vestimos ao sair de casa pela manhã, “vestimos” também as atitudes que consideramos mais adequadas a cada uma das situações que se apresenta à nós na vivência do espaço urbano. *“Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”*, nos ensinou Simone de Beauvoir (2009, p.312). Da mesma maneira, poderíamos dizer: não nascemos seres urbanos, nos tornamos. Mas homens e mulheres, que têm sua urbanidade constituída a partir de experiências diversas, não se tornam seres semelhantes em sua cidadania e nos direitos que carregam consigo ao andar pelas ruas da cidade. E essa diferença - ainda que seja muito significativa - acaba por ser naturalizada por ambos os gêneros e se cristaliza em formas de estar no mundo - e na cidade - profundamente diferentes em atitudes, valores e responsabilidades. São as tais coisas da vida.

Mas um dia... ah, um dia acontece alguma coisa que torna essa diferença perceptível. Talvez estejamos cansadas, talvez o nosso humor esteja diferente, talvez a nossa sensibilidade esteja mais aguçada. Talvez não haja motivo nenhum. Mas, um dia, a gente estranha algo. Pode ser a relutância a usar a blusa que gostamos porque tem um decote mais cavado; pode ser a necessidade de, mesmo cansadas, tomarmos o caminho mais longo porque nos parece mais seguro do que o atalho que nos levaria mais rápido pra casa; pode ser a desculpa pra não jantar sozinha em um restaurante porque não iremos ficar à vontade. Um dia a gente para e se pergunta: porque isso? ou: porque não? E, uma vez a pergunta feita, abre-se uma fresta. Aquilo fica ali, não

necessariamente incomodando, mas presente. Passamos a ter consciência de algo que nos passava despercebido antes⁵.

E vem outro dia. Estranhamos outra coisa. Pode ser uma manchete de jornal que nos diz que uma moça foi assassinada porque se recusou a fazer sexo com o companheiro - como se a culpa pela própria morte tivesse sido dela e não de quem a matou. Pode ser alguém tentar justificar que o abuso sexual sofrido por uma conhecida foi motivado pelas roupas usadas por ela ou pelo fato de ter bebido demais. Pode ser a constante interrupção de nossas falas, nas reuniões de trabalho, por nossos colegas homens.

Passa-se um mês, alguma outra situação nos chama a atenção. A abordagem daquela propaganda de cerveja que já vimos tantas vezes começa a nos parecer estranha. Aquele amigo que achávamos ser desconstruído e tranquilo, faz um comentário machista sobre a mulher que dirige o carro à nossa frente. A procura por um presente para a filha de uma colega revela que a maioria de itens para meninas nas lojas de brinquedos é alusivo ao trabalho em casa: fogãozinho, bonecas, casinhas.

Pronto, formou-se um panorama. Uma paisagem que começa a se delinear, e vamos nos dando conta dos nossos receios e das diferenças entre os nossos comportamentos e os dos nossos companheiros, amigos, colegas de trabalho homens. Uma vez que despertamos para essas paisagens das diferenças, não há mais como fingir que elas não existem.

A CIDADE

CENA 4

“No sistema de justiça criminal, crimes sexuais são considerados especialmente hediondos. Na cidade de Nova York, os dedicados detetives que investigam esses crimes são membros de um esquadrão de elite, conhecido como Unidade de Vítimas Especiais. Estas são as histórias deles”.

⁵ Dentro da perspectiva pessoalizada adotada por esse texto, faço aqui o relato do meu primeiro estranhamento consciente, aquele que me despertou de forma inequívoca para o fato de que eu e meus colegas homens vivemos em cidades diferentes. E, início confessando, é uma situação que me enche de vergonha, porque aconteceu muito recentemente, em um momento no qual eu já tinha uma carreira acadêmica consolidada, mestrado e doutorado concluídos e me considerava alguém que sabia um pouco sobre cidades. Estava em uma mesa redonda sobre vivências no espaço urbano, quando ouvi de um colega uma defesa apaixonada do ato de ocupar as ruas, algo que me recordo como: “Precisamos vivenciar mais a cidade! Sair em horários diferentes, apreciar a cidade nas madrugadas! Deixe a carteira e o celular em casa e saia, vá à pé ao centro da cidade no meio da noite, veja o amanhecer na rua!” Eu não poderia concordar mais com ele sobre a necessidade de ocuparmos as ruas, mas, dentro de mim, me encolhia só de pensar: eu, sozinha na rua, andando à pé de madrugada? Carteira? Celular? E o meu corpo, quem é que vai proteger? Voltei pra casa com esse incômodo, o de perceber, de maneira inequívoca, o quanto as possibilidades que a cidade oferece a cada um de nós são diferentes.

CENA 5

“Uma das coisas mais interessantes desse processo de transição, é que, antigamente, mesmo que eu me sentisse mulher, a sociedade não me lia assim. A sociedade me lia como homem, por conta dos objetos que eu usava no corpo. Depois que eu transicionei mudou tudo: a sociedade começou a me ler de outra forma e daí veio o assédio. Eu comecei a me sentir muito mais insegura nas ruas, comecei a ser muito mais objetificada, assediada. Quando eu era lida como homem pela sociedade, eu tinha esses privilégios, de poder sair na rua e nada acontecer. Porque ainda que a sociedade te leia como homem gay e afeminado, você não deixa de ser homem. Você não deixa de ter privilégios em uma sociedade que é machista e patriarcal.”

CENA 6

Um homem está voltando para casa de automóvel. Ao se aproximar da sua rua, percebe que é a sua esposa que caminha pela calçada à frente do automóvel. Ele diminui e buzina, para que ela entre no carro e possam seguir juntos até em casa. Ela nem olha e aperta o passo. Ele acelera para ficar mais próximo à ela e buzina novamente. Ela começa a correr sem olhar para trás. Ele para o carro, abre a porta e vai atrás dela, dizendo: ‘calma, sou eu, seu marido, está tudo bem! Eu só queria te dar uma carona...’ A moça começa a chorar compulsivamente.

O texto da primeira cena dessa parte abre, há 22 anos, uma das séries de maior sucesso da televisão norte americana: *Law and Order: Special Victims Unit*. Derivada de uma série anterior, chamada *Law and Order*, a SVU, que iniciou em 1999 e permanece no ar até hoje, faz mais sucesso do que a original, que foi suspensa em 2010. Embora obedeça mais ou menos à mesma estrutura narrativa, o grande diferencial da SVU é exatamente o que o texto de abertura anuncia: ela se concentra em crimes sexuais cometidos na cidade de Nova York. Os roteiristas admitem abertamente inspirar-se nas manchetes de crimes reais acontecidos na cidade – em sua imensa maioria, contra mulheres. Vinte e dois anos exibindo em seus episódios crimes sexuais. Vinte e dois anos construindo narrativas a respeito de mulheres agredidas, estupradas, sequestradas, humilhadas, assassinadas. Por mais que os crimes sejam sim, apresentados como aberrações, eles nos dão um panorama bem claro do quanto a cidade – qualquer cidade – é mais insegura para uma mulher. A série *Law and Order: SVU* é um poderoso espelho no qual a nossa sociedade pode se olhar se quiser ver a sua verdadeira face: a de uma urbanidade que é tóxica para metade das pessoas que transitam pelas ruas das cidades. E, embora seja ficção, todos os fatores já conhecidos dessa dinâmica estão ali: o risco maior corridos por corpos femininos pobres e negros, a busca de justificativas para a violência cometida nas roupas ou no comportamento da vítima, a responsabilidade da mulher em provar que a violência, de fato, aconteceu.

“Eu não saio sozinha”, “Manda mensagem quando chegar”, “Fica de olho, não anda em lugar deserto”, “Não anda com o cabelo solto, é mais fácil para alguém te agarrar”, “Carrega spray de pimenta”, “Espera um pouco mais e pega o vagão exclusivo para mulheres no metrô”, “Leva a chave na mão, enfiada entre

os dedos, caso precise se defender”. Essas são frases corriqueiras no dia a dia das mulheres que transitam pelo espaço público das cidades. O direito à cidade se esfacela face a um assobio, uma passada de mão, um olhar que percorre todo o corpo. A liberdade de ir e vir não resiste à uma rua mal iluminada ou a um ponto de ônibus vazio.

O espaço urbano não é neutro em gênero, e as diversas mulheres que o ocupam sentem a hostilidade que emana desse território em aspectos físicos e subjetivos. É necessário um processo exaustivo de resistência em tempo integral. Nas palavras de uma das entrevistadas em um documentário sobre assédio no espaço público⁶, *“as mulheres vão para a rua como se fossem para um campo de batalha”*.

Mas isso não seria um exagero meu? Vamos fazer um exercício simples. É de noite e você trabalhou o dia inteiro e está exausto/a. Vai voltar pra sua casa à pé e tem duas possibilidades de caminhos: um que vai te tomar dez minutos e passa por uma rua escura e pouco movimentada. Outro que vai levar o dobro do tempo, mas passa por uma rua que tem bares ou lojas abertos e pessoas transitando. Será que a mesma quantidade de homens e mulheres escolheria o mesmo caminho? Quais seriam os elementos que seriam considerados por cada gênero na hora de tomar essa decisão? A questão aqui é simples: o espaço público das cidades é motivo de insegurança para muitos que dele usufruem. Mas essa insegurança não é igual para todas as categorias: Corpos negros sofrem mais que corpos brancos. Homossexuais estão mais vulneráveis que heterossexuais. Mulheres são mais ameaçadas que homens.

Na nossa cena seguinte, o depoimento de Rosa Luz, transexual de Gama, região periférica de Brasília, deixa clara essa hierarquização do risco, quando afirma ter se sentido mais segura ao caminhar pelas ruas quando ainda era identificada como pertencente ao gênero masculino – ainda que claramente homossexual. A mesma personagem relata, ao longo do documentário “Chega de fiu fiu”, diversas situações que viveu no espaço das cidades, sejam escolhas que se viu instada a fazer para preservar a sua segurança, sejam outras situações nas quais não quis negociar consigo mesma a adoção de uma roupa ou atitude diferentes. Porém, no limite de uma situação de assédio, quando o homem realmente lhe dirige palavras grosseiras, ela – como forma de defesa – saca a carta da sua masculinidade, dizendo: “tenho pinto”⁷. Rosa analisa que essa afirmação inesperada coloca em xeque a masculinidade do assediador, e tem o poder de imediatamente afastá-lo. Essa, porém, é uma opção que as mulheres não possuem, por isso cabe a pergunta: como lidar com o assédio?

Na descrição posterior é apresentada a experiência de um homem que vê a sua companheira andando pela rua e tenta lhe oferecer uma carona para retornar à casa. Impressionado com a reação dela, ele enviou esse depoimento para o mapa colaborativo on line “Chega de fiu fiu” que recolhe relatos de assédio nas diversas cidades do país⁸. Uma buzina e um carro diminuindo a velocidade ao seu lado na rua é mais do que suficiente para desestabilizar uma mulher.

⁶ Sob constante ameaça, 2018.

⁷ Ela relata isso em outro momento do mesmo documentário.

⁸ O site tem o mesmo nome do documentário, Chega de fiu fiu. Esse relato é descrito por uma das diretoras no documentário.

As mulheres sentem medo ao caminhar pelas ruas⁹. Sentem medo quando a rua está vazia, porque o perigo pode estar à espreita e surgir de qualquer parte. Mas, sentem igualmente medo quando as ruas estão cheias, porque a multidão pode ser um convite ao anonimato do assédio físico. Sentem medo no transporte público, porque os corpos próximos podem encobrir uma passada de mão, uma roçada de coxa e até uma ejaculação. Sentem medo de reagir e serem novamente vítimas: da vergonha, dos olhares, das falas veladas se perguntando o que ela terá feito para provocar aquilo, da acusação de histérica¹⁰. Sentem medo de não reagir e parecer que concordam com o assédio. Mesmo nas situações menos corporais de assédio, quando o homem assobia, chama de gostosa ou lança uma piadinha, a dúvida permanece: ignorar ou responder? Se ela responde e expressa o seu desconforto pode ser que o homem fique violento. Se ignora, ele pode se sentir incentivado a continuar. São milhares de situações vividas diariamente por cada mulher que lhe exigem um estado de alerta constante. Essas situações aumentam muito no caso de mulheres que utilizam os meios de transporte públicos, mas também são muito numerosas com mulheres pedestres, ciclistas ou motociclistas. Mesmo as mulheres dentro dos automóveis, que estão livres do assédio físico, têm que enfrentar a piscadinha no tempo em que o sinal de trânsito está fechado, a gracinha que o motociclista que passa ao lado do carro lhe dirige, o assédio moral quanto à sua presença em meio ao tráfego, com o famoso “lugar de mulher é no fogão” ou variações da mesma sentença.

Cada mulher traz, dentro de si, todo esse medo, junto com um mapeamento do espaço urbano. Esse mapeamento é invisível e não se define por nomes de ruas ou direções, mas sim por zonas de risco, áreas mal iluminadas, locais nos quais ela já se sentiu ameaçada ou nos quais ela sabe que já houve algum ato de violência sexual, horários nos quais já não é mais seguro estar na rua, pontos de ônibus que ficam sempre vazios, passarelas nas quais não é seguro subir.

TRISTES CIDADES, TRISTES CENAS

“Após as 20h o ponto costuma ficar vazio. Está localizado em frente a comércios já fechados essa hora. O único lugar pra sentar é num espaço, que não é do ponto, mas sim do comercio. Geralmente, fico com medo de acontecer alguma coisa.” – Vitória/ES

“Já fui assaltada e assediada verbalmente nesta parada. Quando preciso voltar de ônibus e já está muito tarde, tenho que ir correndo da minha parada até em casa”. – Belém/PA

“Chego nesse ponto de ônibus em vários horários, mas à noite principalmente. O terminal fica vazio e a região muito escura. Já corri diversas

⁹ Segundo pesquisa do Instituto ActionAid, 86% das mulheres têm medo de sair à ruas.

¹⁰ Segundo a pesquisa “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 52% das mulheres que são importunadas optam por não fazer nada.

vezes para dentro da estação de trem apenas por medo de ficar ali sozinha”. – Porto Alegre/RS

“Carros se aproximando lentamente, ou acelerando abruptamente, parecendo que para me intimidar, falta de iluminação, poucos transeuntes, muitas motos, ônibus passando pelo ponto sem parar, mesmo com aviso. Resumindo: me sinto constantemente insegura e ameaçada, com a sensação de que a qualquer momento algo ruim pode acontecer”. – Rio de Janeiro/RJ

“É uma Avenida muito movimentada por veículos particulares e os ônibus costumam demorar a passar. Muitos motoristas passam buzinando “oferecendo carona” e outros chegam a para encostar o carro pra “oferecer a tal carona”. Sinto medo de me pegarem à força”. – Ananindeua/PA

“Tinha só homens conversando e rindo, fiquei mais afastada porque um ponto depois desse já ocorreu um estupro. Tenho insegurança de pegar o celular pra ver se a linha vai demorar muito ou para avisar meu companheiro de que estou neste ponto aguardando o ônibus.”. – Brasília/ DF

“Um sábado, 6h da manhã, ao sair da minha rua e chegar na avenida para atravessar e ir para o ponto um carro freou e o motorista me olhou, fez o retorno no carro e me abordou. Eu ignorei e ao perceber que ele ia voltar, atravessei a rua e caminhei de volta para casa. Ao perceber que ele foi embora voltei.”. – Florianópolis/SC

“Já pedi para estranhos aguardarem comigo o ônibus chegar porque estava muito assustada quanto a movimentação de homens do outro lado da rua”. – São Paulo/SP

Esses são depoimentos reais de mulheres moradoras de diversas cidades brasileiras¹¹. Todas elas falam de situações envolvendo o momento do seu dia que mais temem, algo que para metade da população é um momento absolutamente trivial do seu cotidiano: a espera por um ônibus em um ponto vazio. Essa foi considerada, em uma pesquisa realizada pelo coletivo Think Olga, a situação que mais amedronta mulheres no espaço urbano.

A verificação desse amedrontamento, por si, não é novidade. Sabemos disso há muito. O que se propõe aqui é que passemos a denominar essa questão pelo nome adequado: trata-se de um problema de mobilidade urbana. Se compreendemos por mobilidade urbana o conjunto de condições que tornam possível o deslocamento das pessoas na cidade, quando temos metade dessas pessoas enfrentando problemas nesse deslocamento, isso é um problema grave de mobilidade. Nomear adequadamente o problema é mais do que apenas mudar as palavras que usamos para nos referirmos a ele. É mudar as maneiras

¹¹ Colhidos no site do coletivo Think Olga (www.thinkolga.com)

de enfrenta-lo. Afinal, um problema de mobilidade urbana se enfrenta com planejamento urbano. E é sob essa perspectiva que propomos que o assédio que impede que metade da população urbana se movimente livremente pela cidade seja encarado.

Mulheres nas ruas adotam um comportamento atravessado por precauções, cuidados e impossibilidades. Na cidade, muitas mulheres evitam olhar nos olhos, sorrir, dar ou responder a um “bom dia”, puxar conversa, pedir informações ou responder à alguma iniciativa de interação.

Essa não é uma questão que atinge apenas a metade feminina da população. A constatação do desconforto das mulheres no espaço público pode ter ramificações mesmo para a qualidade desses espaços. Se pensarmos na diferença entre a qualidade dos deslocamentos urbanos de homens e mulheres fica fácil constatar que elas - as mulheres - são responsáveis por boa parte da vida que anima as ruas de uma cidade. Enquanto um homem, em geral, sai de casa diretamente para o trabalho e de lá retorna para casa – fazendo, portanto, um deslocamento mais direto e amplo, pendular; a mulher leva filhos à escola, ao esporte e à aula de inglês, faz compras no supermercado, vai ao trabalho e passa na padaria, em um tipo de movimento denominado de micromobilidade. Seus deslocamentos são mais segmentados e o tempo que passa nas ruas, maior. Isso está mudando, claro, mas ainda temos uma série de tarefas urbanas que são executadas prioritariamente pelas mulheres. Caso reste alguma dúvida sobre esse ponto, é possível comprová-lo em alguns exercícios simples: pare à porta de uma escola pública, na qual as crianças não chegam em vans, e sim levadas pelos responsáveis, e verifique a proporção de homens e mulheres que levam os filhos. Permaneça em uma lavanderia durante meia hora e conte o número de mulheres e de homens que levam as suas roupas para serem limpas. Vá a uma padaria no final de tarde e verifique se o volume de homens que vai comprar o pãozinho da tarde é o mesmo que o de mulheres. Descanse em uma praça pública em um sábado e aproveite para conferir se há o mesmo número de pais e mães levando seus filhos para brincar.

Não é possível tratarmos de direito à cidade passando ao largo dessa questão. Não quando mais da metade de habitantes urbanos não pode exercer plenamente a possibilidade de ocupar o espaço público das cidades.

Se dermos ouvidos à Jane Jacobs (2014) quando afirma que uma das formas de verificarmos a qualidade de uma cidade é pela quantidade de pessoas nas ruas, temos aí uma constatação interessante. A parcela de pessoas que é mais ameaçada no espaço urbano é a que mais lhe confere vida. Está mais do que na hora de darmos atenção a isso. Pela qualidade de vida das mulheres sim, mas, principalmente, pela qualidade de vida das nossas cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Beauvoir, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

Benjamin, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.

Elkin, Lauren. *Flâneuse: reconquérir la ville pas à pas*. Paris: Gallimard, 2019.

Kern, Leslie. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

Lefebvre, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

Rich, Adrienne. *Sangre, pan y poesia*. Prosa escogida: 1979-1985. Barcelona: Icaria Editorial, 2001.

Souza, Jessé. *Como o racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS

CHEGA DE FIU FIU (Documentário). Direção e roteiro: Amanda Kamanchek, Fernanda Frazão. 1h 13min, 2018.

SOB CONSTANTE AMEAÇA (Documentário). Direção e produção: Andrea Dip e Guilherme Peters e Agência Pública. 25 min, 2018.